

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS
GERAIS

7ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 7ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
- CNPJ/MF: 17.281.106/0001-03
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Edson Machado Monteiro
- Atividades: planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico.

Características da Emissão

- Emissão: 7ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 15/04/2014
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 15/04/2019; e (ii) 2ª Série: 15/04/2021
- Banco Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN:
 - (i) 1ª Série: CSMG17/ BRCSMGDBS056;
 - (ii) 2ª Série: CSMG27/ BRCSMGDBS064.
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para o programa de investimentos da Emissora, em empreendimentos não financiados, tais como aquisição de terrenos, indenizações de ativos de novas concessões, entre outros, bem como alongamento do perfil da dívida da Companhia.
- Tipo de Emissão*: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

*Redação em conformidade com o 1º. Aditamento à Escritura de Emissão.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 13/09/2016, foi aprovada a alteração dos artigos 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do limite do Capital Autorizado e do Capital Social da Companhia.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: estatal;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,53 em 2015 para 0,59 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,39 em 2015 para 1,52 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,35 em 2015 para 1,49 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,35 em 2015 para 0,37 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 9,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou redução de 9,9% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 7,0% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 7,6% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 5,4% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries): R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª Série: não aplicável; e (ii) 2ª Série: IPCA/IBGE
- REMUNERAÇÃO*: (i) 1ª Série: 108,50% do DI; e (ii) 2ª Série: 7,39% a.a.

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- **PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):**

→ **1ª Série:**

Juros:

15/01/2016 – R\$ 365,226700

15/04/2016 – R\$ 359,117900

15/07/2016 – R\$ 364,998599

17/10/2016 – R\$ 364,998600

Prêmio:

15/04/2016 – R\$ 250,000000

Evento Genérico:

19/10/2016 – R\$ 6,028345

→ **2ª Série:**

Juros:

15/04/2016 – R\$ 868,951655

Prêmio:

15/04/2016 – R\$ 277,410774

- POSIÇÃO DO ATIVO*:

CSMG17 - 1ª Série:

Quantidade em circulação: 13.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 13.000

CSMG27 - 2ª Série:

Quantidade em circulação: 12.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 12.000

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar os índices e limites financeiros previstos no item 7.1, alínea “(xi)” da Escritura de Emissão.

Período de Apuração: ANUAL (dados acumulados 12 meses)				
Valores em R\$ (mil)				
	mar/16	jun/16	set/16	dez/16
Dívida Líquida ajustada				2.792.182
EBITDA Ajustado				1.396.109
Menor ou igual a 3,0				
Resultado				2,0

	mar/16	jun/16	set/16	dez/16
EBITDA Ajustado				1.396.109
Serviço da Dívida				776.067
Maior ou igual a 1,5				
Resultado				1,8

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS**
- Emissão: 6ª.
 - Valor da emissão: R\$ 400.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. Série: 200; e (ii) 2ª. Série: 200;
 - Espécie: quirografária;

- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. Série: 15/02/2017; e (ii) 2ª. Série: 15/02/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Amortização:

15/02/2016 – R\$ 142.900,000000

15/08/2016 – R\$ 142.900,000000

Juros:

15/02/2016 – R\$ 14.937,363378

16/05/2016 – R\$ 10.282,036684

15/08/2016 – R\$ 10.448,193687

16/11/2016 – R\$ 5.113,778885

Prêmio:

15/04/2016 – R\$ 2.284,000000

→ 2ª Série:

Amortização:

15/02/2016 – R\$ 221.609,616394

Juros:

15/02/2016 – R\$ 52.298,406601

Prêmio:

15/04/2016 – R\$ 14.139,204533

(ii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS**

- Emissão: 9ª.
- Valor da emissão: R\$ 350.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª. Série: 33.200; e (ii) 2ª. Série: 1.800;
*Redação em conformidade com o 1º. Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. Série: 15/08/2020; e (ii) 2ª. Série: 15/08/2021;

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Juros:

15/02/2016 – R\$ 387,901399

16/05/2016 – R\$ 400,665600

15/08/2016 – R\$ 407,153100

16/11/2016 – R\$ 398,837900

→ 2ª Série:

Juros:

15/02/2016 – R\$ 216,874033

16/05/2016 – R\$ 224,206143

15/08/2016 – R\$ 231,996227

16/11/2016 – R\$ 230,118569

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações



não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balço patrimonial

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	06	621.673	557.085	638.743	581.854
Contas a receber de clientes	07	921.035	753.805	925.699	758.243
Bancos e aplicaões de convênio	16	37.214	27.442	37.175	32.221
Estoques		39.774	46.038	40.904	48.464
Impostos a recuperar		25.311	39.674	25.505	40.247
Convênio de cooperação técnica	16	34.462	41.736	40.172	40.389
Créditos diversos		17.030	14.194	16.473	11.998
Total do ativo circulante		1.696.499	1.479.974	1.724.671	1.513.416
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber de clientes	07	139.595	178.807	139.595	178.807
Caução em garantia de financiamentos	07	169.711	201.704	169.711	201.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	155.219	154.248	155.219	154.248
Créditos com controladas	07/22	-	23.568	-	-
Aplicação financeira vinculada	07	75.395	65.609	75.395	65.609
Ativos financeiros disponíveis para venda	07	59.564	41.084	59.564	41.084
Ativos financeiros - contratos de concessão	07	604.538	574.673	604.538	574.673
Créditos diversos	07	46.811	52.483	46.811	52.483
		1.250.833	1.292.176	1.250.833	1.268.608
Investimentos	08	34.290	18.068	260	260
Intangível	09	7.820.570	7.982.931	7.833.795	7.982.931
Imobilizado	10	137.922	165.019	137.922	165.524
Total do ativo não circulante		9.243.615	9.458.194	9.222.810	9.417.323
TOTAL DO ATIVO		10.940.114	10.938.168	10.947.481	10.930.739

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	12	146.441	188.634	146.931	189.363
Debêntures	12	365.469	300.777	365.469	300.777
Parceria público privada		108.581	-	108.581	-
Fornecedores		149.394	159.152	154.408	164.679
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais	11	57.771	56.220	58.321	57.120
Parcelamento de impostos	11	64.429	56.465	64.429	56.465
Provisão para férias		99.837	102.606	100.734	103.573
Participação dos empregados nos lucros		18.335	9.796	18.335	9.796
Obrigações de benefício de aposentadoria	17	33.127	31.424	33.127	31.424
Juros sobre o capital próprio	18	65.406	7.590	65.406	7.590
Obrigações diversas	11	15.507	165.822	15.710	165.921
Total do passivo circulante		1.124.297	1.078.486	1.131.451	1.086.708
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	12	1.252.992	1.338.238	1.252.992	1.339.154
Debêntures	12	1.665.533	1.762.265	1.665.533	1.762.265
Parceria público privada	09	441.563	643.795	441.563	643.795
Parcelamento de impostos	11	139.595	178.807	139.595	178.807
Provisão para demandas judiciais	13	185.339	96.846	185.552	98.578
Obrigações de benefício de aposentadoria	17	110.300	104.895	110.300	104.895
Provisão para perdas em investimentos	8	-	18.302	-	-
Obrigações diversas	11	80.808	69.684	80.808	69.687
Total do passivo não circulante		3.876.130	4.212.832	3.876.343	4.197.181
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social realizado	18	3.402.385	2.773.985	3.402.385	2.773.985
Reservas de lucro	18	2.528.663	2.710.880	2.528.663	2.710.880
Ações em tesouraria	18	(8.576)	(8.576)	(8.576)	(8.576)
Ajustes de avaliação patrimonial	18	17.215	42.161	17.215	42.161
Recurso para aumento de capital	18	-	128.400	-	128.400
Total do patrimônio líquido		5.939.687	5.646.850	5.939.687	5.646.850
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.940.114	10.938.168	10.947.481	10.930.739

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Anexo 2

Demonstração do resultado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	27	4.008.286	3.810.713	4.032.875	3.834.469
Custo das vendas e dos serviços prestados	28	(2.460.959)	(2.673.380)	(2.484.398)	(2.698.211)
LUCRO BRUTO		1.547.327	1.137.333	1.548.477	1.136.258
Despesas com vendas	28	(344.610)	(315.971)	(348.084)	(320.336)
Despesas administrativas	28	(347.464)	(521.034)	(351.509)	(525.573)
Outras receitas operacionais	27	190.283	205.191	195.811	235.313
Outras despesas operacionais	28	(212.459)	(190.492)	(218.195)	(210.720)
Participação dos empregados no lucro	28	(27.173)	-	(27.173)	-
Participação no resultado de controladas	08	(4.667)	(901)	-	-
		(746.090)	(823.207)	(749.150)	(821.316)
LUCRO OPERACIONAL		801.237	314.126	799.327	314.942
Receitas financeiras	30	202.250	121.555	204.906	122.024
Despesas financeiras	30	(403.455)	(464.625)	(403.734)	(464.946)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(201.205)	(343.070)	(198.828)	(342.922)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		600.032	(28.944)	600.499	(27.980)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(155.793)	(3.735)	(156.260)	(4.699)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(10.078)	21.087	(10.078)	21.087
		(165.871)	17.352	(166.338)	16.388
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		434.161	(11.592)	434.161	(11.592)
Lucro (Prejuízo) básico e diluído do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias da controladora	18	3,56	(0,10)	3,56	(0,10)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, referente à comparabilidade das demonstrações financeiras acima referidas com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA tem em seu passivo não circulante debêntures, outros empréstimos e financiamentos com cláusula que requerem o atingimento de certos índices financeiros periódicos, podendo o credor decretar o seu vencimento antecipado caso não atingidos. A Companhia obteve de seus credores em 2016, previamente à aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a renúncia aos direitos contratuais advindos do não atingimento de alguns desses índices em 31 de dezembro de 2015. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requerem o reconhecimento dessa renúncia de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Dessa maneira, o saldo dessas debêntures, outros empréstimos e financiamentos em 31 de

dezembro de 2015, no valor de R\$ 2.897.018 mil, deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante naquela data e apenas reclassificado de volta para o longo prazo em data subsequente, quando da obtenção da referida renúncia. Devido a não reclassificação do referido saldo para o circulante em 31 de dezembro de 2015, a comparabilidade do balanço em 31 de dezembro de 2016 está afetada.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Receita de prestação de serviço de água e esgoto e contas a receber de clientes (Notas explicativas 7 e 27)</p> <p>A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de água e esgoto em base diárias e possui uma carteira de clientes pulverizada, sendo altamente dependente do ambiente de tecnologia, requerendo uma estrutura robusta para suportar o volume de transações relacionadas, o faturamento e o contas a receber desde a leitura do consumo, processamento, emissão e liquidação de faturas.</p> <p>Adicionalmente, o reconhecimento da receita inclui uma estimativa das vendas baseada no volume consumido e ainda não faturado, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o final de cada período.</p> <p>Em função da complexidade e dos riscos inerentes ao ambiente de tecnologia, associado ao alto nível de dependência que o processo de receita e contas a receber possui em relação ao processamento de suas transações, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas, efetuamos o entendimento e teste dos controles gerais do ambiente de tecnologia relacionados, principalmente, aos aspectos de segurança, mudança em sistemas e monitoramento dos processamentos que suportam o sistema de faturamento da Companhia.</p> <p>Efetuamos, também, entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de faturamento e contas a receber, que inclui leitura do consumo, processamento, emissão e liquidação das faturas.</p> <p>Além dos testes de controles, realizamos dentre outros procedimentos, teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimento subsequente, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de selecionadas contas a receber em aberto ao final do exercício.</p> <p>Para a estimativa da receita a faturar, avaliamos a razoabilidade dos dados e critérios adotados pela administração da Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior. Também efetuamos comparação dessa estimativa com a receita faturada no mês subsequente.</p>

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

Estimativas relacionadas a provisão para perda do valor recuperável de contas a receber de clientes (Nota explicativa 3.5)

A Companhia adota como critério para o cálculo da provisão para perda do valor recuperável de contas a receber o modelo matemático determinado pela legislação tributária, complementado por provisão para os créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que já possuem faturas inseridas na provisão para perda do valor recuperável.

O critério utilizado pela administração em atendimento à legislação tributária, com o complemento acima, poderia não satisfazer às práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Por essa razão a área foi considerada foco em nossa auditoria.

Obtivemos o entendimento geral do processo junto aos responsáveis da administração acerca dos critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa. Em nossa auditoria, entre outros procedimentos:

. Efetuamos testes a fim de observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos critérios definidos pela administração.

. Realizamos testes em bases amostrais com o intuito de observar integridade da base de dados utilizada bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

. Realizamos análise da idade de vencimento dos títulos vencidos para a base coletiva do contas a receber e comparamos com o histórico das perdas efetivas apuradas pela Companhia nos últimos anos.

As perdas relevantes da carteira do contas a receber estimadas pela administração estão suportadas pelos critérios e premissas por ela adotados.

Ativos intangíveis e ativos financeiros decorrente dos contratos de concessão (Nota explicativa 3.7 e 3.9 (a)).

Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura e serão recebidos através da cobrança aos usuários via tarifa. Já os ativos financeiros de concessão são reconhecidos quando há o direito incondicional de receber caixa no final da concessão a título de indenização e refere-se a parcela que não é recuperada via tarifa.

Nos concentramos nessa área porque a aplicação da referida prática contábil envolve julgamento e uso, pela administração, de premissas e estimativas inerentemente subjetivas, tais como valores de amortização até o final da concessão, estimativas quanto à eventuais glosas nos itens investidos por parte do Poder Concedente, no caso de concessões não renovadas, critérios de elegibilidade para adições no intangível, além da magnitude dos valores relacionados aos ativos intangíveis e ativos

Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos:

. Avaliamos a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento dos ativos intangíveis e ativos financeiros decorrentes dos contratos de concessão.

. Efetuamos entendimento e teste dos controles internos para aquisição, avaliação, mensuração e reconhecimento desses ativos intangíveis.

. Testamos o cálculo da bifurcação entre o ativo financeiro e o ativo intangível no reconhecimento inicial, bem como mensurações subsequentes decorrentes da renovação das concessões e da atualização do ativo financeiro.

. Para uma determinada amostra inspecionamos a documentação referentes as principais adições ao intangível e suas liquidações subsequentes.

Porque é um PAA

financeiros ligados a concessão, R\$ 7,9 bilhões e R\$ 605 milhões em 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- . Checamos, também, os contratos e aspectos relevantes do processo licitatório de uma determinada amostra de intangível em andamento registrada no exercício.
- . Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatório analíticos.
- . Testamos o cálculo das amortizações dos ativos intangíveis.
- . Para as concessões vencidas, discutimos com a administração o *status* das renovações e inspecionamos, quando aplicável, as principais documentações que suportam as negociações em andamento.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração dos ativos intangíveis e ativos financeiros decorrente dos contratos de concessão, são razoáveis, e as divulgações efetuadas são consistentes com dados e informações que tivemos acesso.

Provisão para demandas judiciais (Nota explicativa 13)

A Companhia e suas controladas são parte integrante, em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, ambiental e trabalhista, para os quais a administração registra uma provisão com bases em estimativas em seu balanço patrimonial nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área foi foco de nossa auditoria uma vez que os processos mencionados geralmente envolvem discussões sobre o mérito e sobre os aspectos processuais complexos, além de julgamentos críticos da administração no que se refere às probabilidades de êxito. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, o reconhecimento das provisões e as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera o histórico de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia externos e o departamento jurídico interno que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões. Para selecionadas causas, discutimos com os consultores jurídicos da Companhia, a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para demandas judiciais, bem como as divulgações relevantes efetuadas, são consistentes com as posições dos consultores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 9 de março de 2017.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MG